A RELAÇÃO DA NORMALIZAÇÃO EM NOTAS DE RODAPÉ E A DISCURSIVIDADE EM TEXTOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS

Thatiane Cristina da Silva Marques *

Resumo

Este artigo tem como objetivo propor reflexões sobre as normas de padronização apresentadas em textos acadêmico-científicos, sob uma dimensão discursiva, enfocando a observação das prescrições ao uso de notas de rodapé e a análise de suas funções no texto. Além disso, apresento alguns exemplos de notas de rodapé e discuto os possíveis limites e adequações desse elemento textual. Como corpus, utilizo referências da ABNT e artigos referentes à função do revisor e sua postura em relação às normas de padronização. Defendo a ideia de que o revisor não deve se restringir às questões linguísticas e de padronização, mas deve priorizar o discurso utilizado e seus efeitos de sentidos.

Palavras-chave: Normas de padronização. Revisão de textos. Discurso. Notas de rodapé.

THE RELATIONSHIP BETWEEN NORMALIZATION IN FOOTNOTES AND DISCURSIVENESS IN ACADEMIC-SCIENTIFIC TEXTS

Abstract

This article aims to suggest reflections about the standardization rules presented in scientific-academic texts within a discursive dimension, aiming to observe the prescriptions to the use of footnotes and the analysis of their roles in the text. Besides that, I present a few footnote examples and I discuss the possible limits and adequacies of such textual elements. As a *corpus*, I utilize ABNT references and articles related to the proofreader's role and their posture in relation to the standardization rules. I defend the idea that the reviewer should not be restricted ought to the linguistic and standardization matters, but to prioritize the type of discourse used and its meaning semantic effects.

Keywords: Standards of standardization. Review of texts. Speech. Footnotes.

Recebido em: 27/06/2017

Aceito em: 15/09/2017

* Graduanda do Curso de Letras Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O presente artigo foi desenvolvido no âmbito da disciplina Práticas de Revisão de Textos, do Bacharelado em Letras, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ev'Angela B. R. de Barros (1º semestre de 2017).

modo de produção do autor, a que tipo de leitor o texto está sendo dirigido e onde esse texto será veiculado. Segundo Rodrigues (2015), a formação do revisor exige um entendimento da plenitude de um texto, visto que o profissional deve ir além dos aspectos gramaticais e ortográficos, reconhecendo a materialidade linguística das práticas discursivas que aquele texto veicula.

Após essas considerações iniciais sobre texto, textualidade e discurso, na próxima seção discutirei as relações entre alguns autores sobre o trabalho do revisor em relação às normas de padronização usadas em textos acadêmicos; em seguida, discutirei exemplos de uso de notas de rodapé, em alguns artigos, refletindo sobre um cuidado maior ao se atentar às normas propostas.

2 A revisão textual e a produção de textos acadêmicos-científicos

Para Murray (1978), a atividade da revisão acontece após a fase de produção de uma primeira versão de um determinado texto. A segunda fase, vista sob o enfoque da psicologia cognitiva, é essencialmente relacionada à produção de texto como um processo de tradução ou de formulação, assegurando a passagem de uma representação conceitual, a mensagem a comunicar, a uma representação textual (sua materialização).

Segundo Coelho e Antunes (2010), a atividade do revisor engloba três grandes eixos: a revisão gráfica, a normalizadora e a temática. Os aspectos gramaticais são somente uma pequena parte de todo o processo da revisão textual. As autoras afirmam que o revisor, antes de realizar esses processos, deve atentar-se a aspectos globais, envolvendo tantos os aspectos gráficos, normalizadores e temáticos, quanto o reconhecimento do gênero textual, o suporte e a esfera social à qual o texto pertence:

i) revisão gráfica: trata das questões relacionadas com a apresentação e com a composição visual e material do texto; ii) revisão normalizadora: ajusta o texto às normas bibliográficas e editoriais; e iii) revisão temática: verifica a propriedade e a consciência das formulações de um texto em função de um determinado sistema de conhecimento determinado (COELHO; ANTUNES, 2010, p. 207).

Para as autoras, o trabalho do revisor ultrapassa as questões relativas à gramática e ortografia, ou seja, a revisão exige que o profissional do texto consiga ir além dos aspectos gramaticais e normalizadores e compreenda os processos linguísticos, gráficos e semânticos apresentados em um determinado texto.

Já para Gomide e Gomide Filho (2015), os aspectos de formatação e normalização, no ambiente acadêmico, constituem um ponto importante, sendo um processo dissociável do processo de revisão:

No âmbito acadêmico, as ações agrupadas sob a designação de “formatação/normalização”, não parecem ser, sob nenhum aspecto, secundárias; pelo contrário, trata-se de uma parte importante - e, em certo sentido, inseparável - do processo de revisão como um todo.

Isso porque não apenas o texto acadêmico, para ser aceito em seu meio, deve estar em conformidade com as normas técnicas de sua instituição, como também essas próprias normas englobam, muitas vezes procedimentos inseparáveis à revisão acadêmica, uma vez que abrangem aspectos fundamentais para o reconhecimento do caráter “científico” do texto (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p. 343- 344).

Para os autores, portanto, essa tarefa de padronização do texto é importante para a sua adequação, de acordo com a demanda do mercado.

Segundo Rodrigues (2015), a ideia de normalizar é vista como uma maior inquietação dos que produzem textos acadêmicos e, conseqüentemente, dos profissionais que os revisam. É preciso adquirir um novo olhar às regras de normalização, buscando reconhecer como essas vozes discursivas são tratadas no texto, resultando em efeitos de sentidos, e não sendo simplesmente como regras a serem seguidas. As normas são utilizadas para a adequação textual, mas não se restringem somente a isso, pois a tessitura textual ultrapassa esses limites.

Na concepção de Pinto (1993), a revisão e a adequação textual focalizam a organização, a normalização e a preparação do texto, isto é, dizem respeito ao processo da editoração, propriamente, que antecede a publicação. Nessa perspectiva, o autor afirma que esse movimento no processo da revisão possui uma relação de trabalhar com a forma e o conteúdo. Sendo assim, a revisão e a preparação de textos estão entrelaçadas no processo de padronização textual. Mas, não devemos nos esquecer de que em se tratando das normas de padronização, o revisor deve atentar também à linguagem acadêmica. O profissional do texto deve se adequar ao gênero acadêmico, familiarizando-se com seu público-alvo, com o gênero textual, objetivo do texto, entre outros aspectos.

3 As notas de rodapé: normatização e emprego

Nesta terceira seção, apresento a definição de notas de rodapé e o que as normas de padronização dizem a respeito, além de apresentar uma pequena reflexão que o profissional do texto deve ter no momento da revisão.

3.1 Notas de rodapé

De acordo com o site da biblioteca da Pontifícia Universidade Federal do Rio de Janeiro, as notas de rodapé têm como finalidade esclarecer considerações complementares, que favorecem o entendimento textual, sem a interrupção na leitura. Elas devem ser reduzidas ao mínimo aparecendo em um local próximo ao texto.

As notas podem ser bibliográficas para indicar a fonte de determinada citação ou explicativas acrescentando comentários, observações do autor ou informações a determinado assunto. Já na ABNT NBR 10520, as notas de rodapé são indicações, observações ou adiantamentos ao texto feitos pelo autor, tradutor ou editor, podendo também aparecer na margem esquerda ou direita da mancha gráfica. Por fim, o manual normativo do site da PUC Minas simplesmente afirma que as notas de rodapé devem ser digitadas em espaço simples, com a fonte no tamanho 10.

Ao lermos essas definições sobre as notas de rodapé, podemos perceber que apesar de algumas definirem o que são esses elementos, primordialmente se voltam ao tema com um olhar para a formatação e adequação com que as notas devem ser apresentadas no texto, sem atentarem às implicações e aos efeitos de sentidos que elas possuem, o que implicam na construção do discurso.

Em outra definição encontrada, no site das normas da ABNT, percebemos que na descrição ali fornecida, há uma preocupação sobre o fato de que as notas de rodapé têm como função informar ou fazer comentários a respeito do texto lido, por isso possuem uma grande importância dentro do texto; sem elas, não seria possível que o leitor compreendesse informações necessárias para a compreensão textual. Porém, apesar dessa ressalva, o site se baseia essencialmente na padronização e apresentação das notas, vista no quadro abaixo:

FIGURA 1 – Normalização sobre notas de rodapé

Expressão latina	Significado	Exemplo
Apud	Citado por, conforme, segundo	No texto: ... (RODRIGUES, 1999 apud FONSECA, 2005, p. 115.) Segundo Rodrigues ¹ (1999 apud FONSECA, 2005, p. 115) No rodapé: RODRIGUES, 1999 apud FONSECA, 2005, p. 115.
Ibidem Ibid.	Na mesma obra, mudando apenas a paginação. (várias citações de um mesmo documento)	FAGUNDES, 1995, p.30. Ibidem, p.60.
Idem ou Id.	Do mesmo autor	FAGUNDES, 1995, p.220. Idem, 1997, p.78.
Opus citatum ou op. cit.	Obra anteriormente citada na mesma página	FAGUNDES, 1995, p.155. FAGUNDES, op. cit., p. 134.
Passim	Aqui e ali. (Indicação da página inicial e final de onde foram retradas as idéias do autor)	FAGUNDES, 1995, passim.
Et sequens ou et seq.	Seguinte ou que se segue. (Indica-se a primeira de uma série de páginas referenciadas)	FAGUNDES, 1995, p.23 et seq.
Logo citado ou loc. cit.	No lugar citado	FAGUNDES, 1995, p. 52-55 FAGUNDES, loc. cit.
Cf.	Confira. (Referência a trabalhos de outros autores ou a notas do mesmo autor)	Cf. FAGUNDES, 1995, p.25.

Fonte: Normas ABNT, 2015 (site).

Por fim, de acordo com Garcia (2007), percebemos que as notas de rodapé têm como importância: a indicação das fontes de trechos citados, explanações marginais não cabíveis no texto e ocasionais remissões para outros capítulos ou partes da obra. Entretanto, o autor reitera a importância da padronização das notas de rodapé: “A nota de rodapé deve ser composta com a primeira linha recuada, precedida do número alto sem pontuação” (Garcia, 2007).¹

Nessa perspectiva, temos que compreender que as regras são fundamentais para a padronização acadêmica, porém o revisor deve adquirir um olhar focado ao uso das notas de rodapé e suas interferências. Além disso, o revisor deve se atentar também ao tamanho das notas de rodapé, ou seja, as notas não devem ser muito sucintas, como os manuais de padronização afirmam, para não comprometer o entendimento do leitor, deixando algum termo incompreensível, e ao mesmo tempo não devem ser muito extensas, provocando ao leitor o abandono da leitura.

No texto “Os Tipos de notas de rodapé e a NBR 6023/2002 da ABNT”, de Regina Del Buono,

¹ Menciono os conceitos de notas de rodapé, porém vale a pena lembrar que existem também as notas de fim de seção, que são apresentadas em uma página no final de um texto, sobre as quais não discutirei neste artigo.

a autora relaciona quatro tipos de notas de rodapé:

1. **Notas bibliográficas ou indicação de fonte:** informam as fontes consultadas ou fontes complementares;
2. **Notas de tradução:** traduzem expressões ou citações utilizadas no texto;
3. **Notas explicativas ou de esclarecimento:** explicam uma palavra ou uma expressão; referem-se também a uma explicação do autor;
4. **Referências cruzadas:** indicam trechos de outras obras relacionadas ao texto lido.

3.2 Breve discussão sobre o uso de notas de rodapé

Para nos inteirarmos desse olhar atento necessário ao revisor, exemplificarei logo abaixo, dois casos em que as notas de rodapé são usadas adequadamente e dois casos que são usadas inadequadamente. Nos exemplos, abordo também as funções textuais que cada uma possui nos textos.

Veja-se esse exemplo de um trecho extraído de um artigo sobre dialogismo e polifonia:

FIGURA 2

Fonte: FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros.

No exemplo acima, percebemos duas notas de rodapé, que, apesar de serem consideradas como notas longas, são fundamentais para o maior envolvimento do leitor com o assunto proposto, pois em uma delas explica quem é Bakhtin e a importância das suas obras. Já a outra nota proporciona ao leitor maior aprofundamento do termo “Translinguística”. Mais do que saber formatar e adequar a inserção das notas ao texto, considera-se que essas notas possuem extrema importância ao texto, oferecendo ao leitor uma maior compreensão de termos que exigem atenção, complementando e reforçando determinado assunto.

Veja-se outro exemplo extraído de um artigo de História:

(...) “Contemplam, portanto, todos os aspectos da vida pública e privada dos indivíduos, possibilitando-nos uma maior aproximação da realidade quotidiana e dos modos de vida das populações. É através deles que temos, por um lado, a possibilidade de entender os problemas com que as populações se deparavam e as suas respetivas soluções.” (...).

FIGURA 3

¹ Por âmbito privado, entendam-se todos os aspetos relacionados com a vida e a casa particular dos indivíduos. Por público, podemos compreender todas as vivências das pessoas em espaços públicos, tais como as ruas, que se encontram sob a tutela do concelho. Veja-se: LADERO QUESADA, Manuel-Fernando. La vivienda. Espacio público y espacio privado en el paisaje urbano medieval. In: IGLEISA DUARTE, José Ignacio de la (Org.). *En La vida cotidiana en la Edad Media. VIII Semana de Estudios Medievales*. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, p. 113. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=563903>>. Acesso em: 28 maio 2012. BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa. Contactos con la vida material en Zamora. Siglos XII-XV. In: *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III, Hª Medieval*, Madrid, v. 18, p. 45, 2015.

Fonte: TAVARES, Maria Alice da Silveira. *Vivências quotidianas na rua: os costumes e foros na Idade Média portuguesa*, Universidade de Lisboa, Portugal, 2017.

No exemplo acima, percebemos que a nota de rodapé, além de ser explicativa, com objetivo primordial de esclarecer o que quer dizer o termo “privado”, na concepção da autora, possui também a finalidade de apresentar as fontes para que o leitor pesquise e aprofunde sobre o caso. A nota acima não somente explica o termo, mas propicia fontes de consulta adicionais para que o leitor possa ampliar seu entendimento ao texto.

Nos dois exemplos abaixo, faço uma pequena reflexão sobre o porquê de considerar as notas de rodapé como inapropriadas ao texto. Observe-se, a seguir, uma nota de rodapé retirada de um artigo do curso de Direito:

FIGURA 4

Fazendo incursão nas lições de Sir Karl Raimund Popper sobre a justiça iremos constatar uma referência democrática sobre o tema²

¹ BARACHO, José Alfredo de Oliveira *Teoria geral do processo constitucional* Editora PUC MINAS Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, v.2, n.3 e 4, p.1-312, 1.º e 2.º sem.1999, p.100

² Com maestria disserta o pensador sobre a justiça elucidando seu conteúdo “Que queremos realmente dizer, quando falamos de “Justiça”? Não penso que indagações verbais dessa espécie sejam particularmente importantes ou que seja possível dar-lhes resposta definitiva, visto como tais termos são sempre usados em diversos

sentidos. Contudo, acho que a maioria de nós, especialmente aqueles cuja formação geral é humanitária, dá-lhe um sentido mais ou menos de: a) igual distribuição dos ônus de cidadania, isto é das limitações de liberdade que são necessárias da vida social; b) tratamento igual dos cidadãos perante a lei, desde que, naturalmente, c) as leis não se mostram favoráveis ou desfavoráveis para com determinados cidadãos individuais, ou grupos ou classes; d) imparcialidade das cortes de justiça; e) parte igual nos benefícios (e não só no ônus) que o caráter de membro do estado pode oferecer a seus cidadãos.” POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos* tradução de Milton Amado. 3.ª ed. v 2 ed. Itatiaia: São Paulo, 1987. p.103.

Fonte: Disponível em: BARROS E DEROMA JÚNIOR, 2002. Acesso em 27 maio. 2017.

Na nota acima, percebemos de imediato, certa extensão da nota de rodapé, o que é bastante comum, em artigos da área de Direito. A nota começa em uma determinada página e termina em outra. Quando o autor cria uma nota de rodapé para explicar a fundo sobre o termo “justiça”, para Raimundo Popper, ele acaba apresentando certo exagero na explicação, e o leitor ao se deparar com o tamanho da nota, poderá perder o interesse e mesmo abandonar a leitura.

Veja -se outra nota, encontrada em um artigo de Literatura:

FIGURA 5

Brandão ainda será provavelmente muito pouco conhecido. Em Portugal, a sua densidade semântica requer ainda outras interpretações, além daquelas que já foram realizadas.²³

²³ O Gebo e a Sombra estreou-se em 27 de março de 1927 no Teatro Nacional D. Maria II, com encenação de Araújo PEREIRA, que fora o fundador do Teatro Livre em Portugal no princípio do século XX e que depois, como professor do Conservatório Nacional, levou os seus alunos a interpretar (já depois da morte de Raul BRANDÃO) O rei imaginário e O avejão. Posteriormente, o Gebo voltou a palcos portugueses em espetáculos realizados nos anos de 1966 (dos dois espetáculos realizados ao longo deste ano, um foi de responsabilidade do Teatro Experimental do Porto), 1985, 1993 e 1997. (Em Antuérpia, no ano de 1966, O Gebo e a Sombra teve uma encenação flamenga). Em 1982, a Sala Experimental do Teatro Nacional D. Maria II serviu ao “Espectáculo Raúl Brandão”, que incluía os textos de O rei imaginário, O avejão, Eu sou um homem de bem e O doido e a morte e que foi encenado por Varela SILVA. Mais recentemente, em 1995, o G.I.C.C. – Teatro das Beiras realizou o espetáculo Dor e Sonho, baseado nos textos de Eu sou um homem de bem, O doido e a morte e O rei imaginário (encenação de Rui SENA; dramaturgia de Rui SENA e GIL NAVE). E nesse mesmo ano os grupos Efêmero (Companhia de Teatro de Aveiro) e Pé de Vento realizaram o espetáculo Um homem de bem, baseado nos textos de Eu sou um homem de bem, Memórias, Húmus e Hélia (encenação de João LUIZ; dramaturgia de Maria João REYNAUD). Quanto à estréia de O doido e a morte em Lisboa, em recita única, no dia 1 de Março de 1926, é bom lembrar que o espetáculo, produzido pela respeitável Companhia Rey Colaço – Robles MONTEIRO, demonstrava bem a falta de percepção de caráter inovador do teatro de que ora me ocupo: foram representadas, juntamente com a peça de Raul BRANDÃO, pequenas peças do teatro mais convencional que então se fazia em Portugal, entre as quais estava a Soror Mariana, de Júlio DANTAS, que ALMADA-NEGREIROS tinha desancado em 1916, no seu virulento Manifesto anti-Dantas e por extenso. [No momento em que eu escrevia este artigo (jan. 2002)], encontrava-se em cartaz, na cidade de Braga, a farsa O doido e a morte representada pela Companhia de Teatro de Braga, com encenação de António DURÃES).

Fonte: JUNQUEIRA, Renata Soares, 2003

A autora, ao mencionar personagens na obra do escritor português Raul Brandão, estende sua explicação dizendo sobre algumas encenações de obras do escritor. A nota de rodapé, que se encontra em quase meia página poderia ser reduzida, deixando *links* ou referências para que os leitores pudessem pesquisar e saber mais.

4 Considerações finais

Após essa pequena discussão que propus neste artigo, podemos concluir que as notas de rodapé são elementos importantes para a compreensão textual, já que reiteram aspectos relevantes de determinado assunto, explicam termos e sugerem fontes para que o leitor amplie seu conhecimento. Entretanto, é preciso ter o cuidado devido, já que as notas de rodapé devem ter certo limite (em relação a sua extensão). Ressalte-se que esse elemento tem a função de aproximar o leitor ao texto e não de afastá-lo.

É necessário que as notas de rodapé não sejam reduzidas ao extremo, como afirmam os manuais de padronizações, mas que elas estejam adequadas para o entendimento do leitor, respeitando certo limite. Se uma nota de rodapé possui um tamanho muito extenso, é preciso que o autor e o revisor procurem observar o que é significativo e levem para o corpo do texto essa parte importante. Se for um termo que ficará na nota de rodapé, é necessário que essa nota seja sucinta e objetiva, de modo que ao mesmo tempo possa favorecer o entendimento ao leitor, sem dispersar sua atenção.

Como as notas de rodapé provocam certa ruptura no fluxo da leitura, as notas de final de seção também devem ser reduzidas, já que provocam uma ruptura ainda maior, pois se localizam no final do texto.

É fundamental que as notas de rodapé possibilitem ao leitor um maior envolvimento com o texto, além de proporcionar-lhe abertura a outras leituras posteriores.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, Renata Furtado de; DEROMA JÚNIOR, Antônio Edson (Org.). **O Estado Democrático de Direito e a Evolução Jurídica**: a quebra de paradigmas frente às necessidades sociais. Raleigh, CarolinadeNorte(EUA): LuluPublishing, 2012. Disponível <https://books.google.com.br/books?id=baJjAAwAAQBAJ&pg=PA2&lpg=PA2&dq=renata+furtado+de+barros+lulu+publishing&source=bl&ots=q4QKqjhiZn&sig=-0SJEPu96jJjo7McuedFvIyIQHM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjV-ffRkY7UAhVEGJAKHWJHCNIQ6AEIODAF#v=onepage&q=renata%20furtado%20de%20barros%20lulu%20publishing&f=false>. Acesso em: 27 maio 2017.

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. **Revisão textual**: para além da revisão linguística. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 205-224, 2010.

COMO Fazer Notas de rodapé no Padrão ABNT. Disponível em: <<http://www.normasabnt.net/notas-de-rodape/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-br/article/Adicionar-ou-alterar-notas-de-rodape%C3%A9-ou-notas-de-fim-a58d1685-94f6-43f5-ba26-aa15aa62c6ed>>. Acesso em: jun. 2017.

FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros. **A Teoria do Dialogismo de Bakhtin e a Polifonia de Drucrot**: pontos de contato. Departamento de Língua e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/download/5215/3899>. Acesso em: 27 abr. 2017.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Editora FGY. 26 ed, 2007.

GARCIA NETO, Antonio. **Análise do Discurso - O Discurso na Visão de Bakhtin**. Disponível em: <<https://antonio-garcianeto.wordpress.com/2012/10/08/analise-do-discurso-o-discurso-na-visao-de-bakhtin/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GOMIDE, Renata Marques; GOMIDE FILHO, Sérgio Roberto. Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. Belo Horizonte: **SCRIPTA**, v. 19, n. 36, 2015, p. 337 a 355. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/viewFile/4355/4500>>. Acesso em: 28 maio 2017.

HEURLEY, Laurent. A revisão de texto: abordagem da psicologia cognitiva. Belo Horizonte: **SCRIPTA**, v. 14, n. 26, 2010, p. 121.

INFORMAÇÃO e documentação - Citações em documentos- Apresentação. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

JUNQUEIRA, Renata Soares. A obsessão das sombras ou culto do fragmento e pulverização da identidade no teatro de Raul Brandão. Belo Horizonte: **SCRIPTA**, v. 7, n. 13, 2003.

NOTAS de rodapé. Disponível em: <https://www.pucrio.br/ensinopesq/ccpg/normas/notas_de_rodape.html>. Acesso em: 28 abr. 2017.

OS TIPOS de notas de rodapé e a NBR 6023/2002 da ABNT. Disponível em: <<http://www.abntouvancouver.com.br/2014/08/os-tipos-de-notas-de-rodape-e-nbr.html>>. Acesso em: 27 maio 2017.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS: Sistema Integrado de Bibliotecas. Orientações para elaboração de trabalhos técnicos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 2 ed. /Elaboração: Roziane do Amparo Araújo Michielini. Belo Horizonte, 2016.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. Belo Horizonte: **SCRIPTA**, v. 19, n. 36, p. 357 a 368, 2015.

TAVARES, Maria Alice da Silveira. Vivências quotidianas na rua: os costumes e foros na Idade Média portuguesa, Universidade de Lisboa, Portugal, 2017.